

# A CARTA DA TERRA NO BRASIL

## Um breve balanço

**Moacir Gadotti**

Diretor do Instituto Paulo Freire

O Brasil é o berço da Carta da Terra. Em 1987, uma Comissão das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento recomendou a redação de uma nova Carta sobre o desenvolvimento sustentável, mas foi só no evento paralelo da Cúpula da Terra (ECO-92), chamado de “Fórum Global”, realizado no Rio de Janeiro, em 1992, que foi redigida a primeira versão da Carta da Terra, ao lado de um conjunto de documentos chamados de “Tratados” das ONGs.

O livro “Tratado das ONGs”, publicado pelo *Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento*, foi a primeira obra que trouxe ao conhecimento do público o documento mundial que propõe uma *série de princípios para a construção da sustentabilidade da vida no planeta Terra*. Da primeira redação da Carta da Terra participaram muitas pessoas que ainda estão engajadas na iniciativa da Carta da Terra, entre elas, Moema Viezer, Fábio Cascino, Omar Ovalles, Nilo Diniz, Marcos Sorrentino, Moacir Gadotti, Rick Clugston, Prue Taylor, Klaus Bosselmann, Peter Adriance.

Mais de 1300 ONGs participaram do **Fórum Global Rio-92**. Lá estavam: o Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais, fundado em 1990, a Associação Internacional de Educação Comunitária (ICEA), a Rede Mulher, o Serviço Universitário Mundial, o Conselho Internacional de Educação de Adultos (ICAE), o Instituto Paulo Freire, criado em 1991, o CTERA da Argentina, Friends of Earth, CECIP, CEDI, CUT, PACs, POLIS, CETAL, Fundação Arias, IBASE, Vitae Civilis e muitas universidades, instituições, organizações e movimentos sociais (mulheres, negros, camponeses, indígenas...) de 108 países, todos pioneiros e pioneiras da Carta da Terra.

No Fórum Global Rio-92 foram debatidos e aprovados 36 tratados, entre eles, a **Carta da Terra** e a **Declaração do Rio** do Fórum Global. A Declaração do Rio não deve ser confundida com a Carta da Terra. A Declaração do Rio aponta para a “contradição existente no modelo econômico dominante” que é “insustentável”: “não leva em consideração a finitude da Terra”. Afirma que a Cúpula da Terra “frustrou as expectativas que ela própria havia criado para a humanidade”.

Dois anos depois, em 1994, Maurice Strong, presidente do Conselho da Terra e Mikhail Gorbachev, presidente da Cruz Verde, lançaram a **Iniciativa da Carta da Terra**, que passou a ser coordenada por uma brasileira, Mirian Vilela. Em 1997, foi criada a Comissão Internacional da Carta da Terra. Inicialmente foi convidado Paulo Freire para participar dessa Comissão. Como ele veio a falecer logo a seguir, dia 2 de maio de 1997, um grupo de brasileiros ligado ao

tema do meio ambiente, da educação ambiental e da Carta da Terra, indicou o nome de Leonardo Boff.

O **Instituto Paulo Freire** (IPF), enquanto membro da Coordenação Nacional da Carta da Terra, através de acordo de cooperação com o Conselho da Terra, assumiu, em 1998, a tarefa de sistematizar, junto com o ILPEC (Instituto Latino-americano para a Educação e a Comunicação), da Costa Rica, coordenado por Francisco Gutiérrez e Cruz Prado, as contribuições à redação da Carta da Terra na perspectiva da educação. Para esse fim, o IPF organizou o *I Encontro Internacional da Carta da Terra na Perspectiva da Educação*, em São Paulo, de 23 a 28 de agosto de 1999, com o objetivo de criar e estimular espaços de afirmação social da Carta da Terra no campo da Educação.

Finalmente, depois de uma ampla discussão da minuta inicial da Carta da Terra, em todos os continentes, no ano 2000 estava concluída a redação que hoje está sendo difundida pelo mundo.

A *Carta da Terra* é o equivalente à *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, apropriada para os tempos atuais, constituindo-se num documento baseado na afirmação de princípios éticos e valores fundamentais que norteariam pessoas, nações, estados, raças e culturas no que se refere à cultura da sustentabilidade, com equidade social. Parte integrante de um projeto social global de construção de uma sociedade com desenvolvimento econômico sustentado e justiça social, ela também não deixa de ser um processo global de formação e capacitação: aprofunda a capacidade de participação, organização e co-direção, para que os cidadãos e cidadãs possam intervir, local e globalmente, de modo criativo e transformador, a partir da realidade em que estão inseridos para melhorar a qualidade de vida de todos.

Em 2006, o IPF foi convidado para ocupar o honroso e desafiador papel de "**Organização Filiada**" da Carta da Terra Internacional, numa aliança estratégica com outras instituições e organizações, entre elas, a UNESCO, o Centro Carta de la Tierra de Educación para el Desarrollo Sostenible de la UPAZ (San José, Costa Rica), a Universidade Nacional de Costa Rica, a Secretaria de Medio Ambiente y Recursos Naturales de México, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, o Ministério da Educação Pública de Costa Rica e a AVINA. Passamos, assim, a ser um associado estratégico na promoção da visão holística da Carta da Terra para um mundo justo, pacífico e sustentável, difundindo, na região, a iniciativa da Carta da Terra e todas as suas agendas, de forma efetiva e profissional.

Na estratégia de ação do IPF, associamos a **Carta da Terra** ao **Tratado de Educação Ambiental** e à **Agenda 21** como suporte ético-pedagógico para o desenvolvimento sustentável. Por isso o IPF engajou-se também na promoção da **Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável** e procura não discutir separadamente os princípios ético-político-pedagógicos de um plano de ação concreto. Impulsionado por Gustavo Belic Cherubine, da ONG "Sociedade do Sol", o IPF coordenou o Grupo de Trabalho "Carta da Terra" no *Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento* (FOBONG), e tem uma ligação orgânica com organizações da sociedade civil como a *Mata Nativa* e *Sociedade da Terra*. Uma das conquistas concretas foi introduzir a Carta da Terra entre os 21 pontos para a ação da *Agenda 21 Brasileira*.

O Instituto Paulo Freire tem procurado introduzir em seus programas de formação a temática da Carta da Terra e o Tratado de Educação Ambiental, principalmente na **formação de gestores** educacionais, como em dois grandes projetos de consultoria à Prefeitura Municipal de São Paulo: os dirigentes municipais de educação (dirigentes das coordenadorias de ensino, diretores de escola, supervisores e coordenadores pedagógicos). A **formação de educadores sociais** é outra estratégia do IPF. Eis alguns exemplos:

1) o *Projeto Jovem Paz* para a formação de lideranças sociais para a cultura da paz e da sustentabilidade;

2) o *Projeto da Escola Cidadã*, utilizando a metodologia da “leitura do mundo” de Paulo Freire e trabalhando os princípios de convivência com base nos valores da Carta da Terra, para a construção do Projeto Político-Pedagógico das escolas, em diversos municípios (Peruíbe, Osasco, Nova Iguaçú);

3) o *Projeto MOVA* (Educação de adultos), os quais incluem a Carta da Terra como parte da formação. A Carta da Terra é utilizada como documento básico da formação dos alfabetizandos;

4) o *Projeto de Educação Cidadã* desenvolvido no Município de Guarulhos (SP), formando delegados e conselheiros do Orçamento Participativo.

Todos esses projetos são impulsionados por uma equipe de educadores imbuídos dos princípios e valores da Carta da Terra como Jason Mafra, José Eustáquio Romão, Ângela Antunes, Salete Valezan Camba, Paulo Roberto Padilha, Raiane Assumpção, Luana Vilutis, Francisca Pini, Deucélia Nunes, Solange Lima, Alcir de Souza Caria, Andréa Estrella, Luiz Carlos de Oliveira, Paulina Christov e Eliseu Muniz.

No **Brasil** os princípios e valores da Carta da Terra são defendidos particularmente através dos programas curriculares ligados à educação ambiental que existem na maioria das escolas. A Carta da Terra é utilizada como um guia para a construção de uma **cultura da paz e da sustentabilidade**.

Seria difícil apresentar um rol completo de **atividades desenvolvidas** no Brasil, desde 1992, neste pequeno texto. Abaixo, daremos destaque a algumas delas, sabendo que estamos omitindo numerosas outras. O Brasil é um vasto país e as iniciativas envolvendo a Carta da Terra multiplicam-se por todo o território.

O educador ambiental Fábio Cascino coordenou no Fórum Global da Rio-92, uma atividade chamada de “A Voz das Crianças”, com grande repercussão, mostrando do que elas são capazes para tornar mais saudável o planeta. Mais tarde, ele deu continuidade a essa iniciativa, juntamente com o educador Flávio Boleiz, produzindo e divulgando a “Carta da Terra das crianças”, hoje utilizada em inúmeras escolas públicas e privadas. A Carta da Terra vem revelando-se como um excelente documento para a promoção de uma cultura da paz entre crianças e jovens.

Flávio Boleiz organizou na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo o Grupo de Trabalho de Ecopedagogia (GRUTEUSP), surgido da necessidade dos alunos do curso de Pedagogia aprenderem mais sobre a ecopedagogia, a Carta da Terra e a Educação Ambiental. O GRUTEUSP realiza seminários, participa de eventos na área de educação e profere palestras para estudantes e professores sobre esses temas. Flávio Boleiz, em

conferências e pequenos cursos, vem utilizando diferentes linguagens como meios de valorização da sustentabilidade. Na Universidade e no Colégio Rainha da Paz, onde trabalha, ele estimula grupos a discutirem a Carta da Terra, na busca da construção de uma educação para um mundo onde todas as relações sejam sustentáveis.

Essas iniciativas não se reduzem ao campo da sociedade civil. Ricardo Young, presidente da rede de idiomas Yázigy, ainda na década de 90, difundiu, pelo **Brasil**, a Carta da Terra, utilizando-a como material didático no ensino de línguas estrangeiras em suas empresas e promovendo encontros e debates sobre seus princípios e valores. Ricardo Young é hoje presidente da ONG *Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social*, que tem se utilizado dos princípios e valores da Carta da Terra e do desenvolvimento sustentável em sua filosofia empresarial. Participam do *Ethos* entidades como a Associação Brasileira de Empresários pela Cidadania e a empresa de cosméticos *Natura* que tem-se destacado pela defesa do meio ambiente utilizando-se dos princípios e valores da Carta da Terra.

Rubens Born, diretor da ONG *Vitae Civilis*, representou as ONGs na UNCED (Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento), também chamada de “Cúpula da Terra”, Rio-92 ou ECO-92. A *Vitae Civilis* tem trabalhado em seus programas e projetos associando a Carta da Terra e o Tratado da Educação Ambiental ao movimento da Agenda 21. Nessa mesma linha destaque o trabalho teórico e prático de Pedro Jacobi, professor titular da Faculdade de Educação da USP e do *Programa de Pós-graduação em Ciências Ambientais* (PROCAM-USP).

Alguns políticos têm-se destacado na defesa dos princípios e valores da Carta da Terra no Brasil, entre eles os ex-deputados Eduardo Jorge e Fábio Feldman. O **Ministério do Meio Ambiente**, a partir da gestão de Marina Silva, iniciada em 2003, está difundindo a Carta da Terra como suporte ético para a Agenda 21 brasileira. Diz ela: “é importante enfatizarmos aqui nosso marco ético que é Carta da Terra. Acreditamos que Agenda 21 e Carta da Terra se complementam” (Marina Silva In: *Agenda 21 – Brasil Sustentável*. Brasília MMA, 2004, p.9). Nesse Ministério devemos destacar a atuação em defesa da Carta da Terra principalmente dos educadores ambientais Philippe Pomier, Marcos Sorrentino e Pedro Ivo. A partir de 2006 a educadora ambiental Rachel Trajber, atualmente no **Ministério da Educação**, tem dado um grande impulso na difusão da Carta da Terra nas escolas brasileiras através do programa de *Qualidade de Vida nas Escolas* (Com-Vidas).

O Estado do **Mato Grosso** sediou, em 1998, a *Conferência Internacional da Carta da Terra*, onde foi aprovada a Carta da Terra brasileira e a latino americana, envolvendo mais de 500 participantes. Logo a seguir, sob a liderança de Michele Sato, Luiz Augusto Passos e Carlos Maldonado, Ana Maria Lopes e Marilise Esteves, membros da Comissão Nacional da Carta da Terra, aquele Estado escreveu a “Carta da Terra do Mato Grosso”. Em Mato Grosso, o movimento da Carta da Terra está associado à educação ambiental e ao desenvolvimento sustentável. Michèle Sato trabalha com a Carta da Terra em programas e políticas educacionais, particularmente no programa “Educação Ambiental no Pantanal e na Amazônia”, com várias linhas de pesquisa: gênero, mitologia, etnoconhecimento, justiça ambiental, ecologia política, comunidades indígenas e educomunicação.

Os professores, no Brasil, são encorajados a usarem a Carta da Terra nas escolas e a produzirem Cartas da Terra escolares. Para isso, milhares de cópias do documento foram distribuídas nas escolas brasileiras. O Ministério do Meio Ambiente e o Ministério da Educação vem distribuindo esse documento juntos com outros documentos como o Tratado de Educação Ambiental, a Agenda 21 Local, as Metas do Milênio e a Agenda 21 Brasileira.

Leonardo Boff, membro do Comitê da Carta da Terra, tem liderado ações em favor da discussão da Carta da Terra. A hidrelétrica brasileiro-paraguaia ITAIPU, situada na bacia do **Paraná**, com a assessoria dele e de Moema Viezzer e sob a liderança de Nelton Friedrich, em parceria com o Ministério do Meio Ambiente e com o Centro de Defesa dos Direitos Humanos de **Petrópolis** (RJ), tem feito formação de educadores populares, divulgando a Carta da Terra através de vídeos e de cadernos. O seu projeto “Cultivando Água Boa” usa a Carta da Terra como referencial ético, começou em 2003 e envolveu mais de 150 educadores sociais. 6000 cópias da Carta da Terra foram utilizadas na educação não-formal para a vida sustentável, envolvendo 29 Municípios, 145 ONGs e 318 escolas da região.

Desde 1999, a *Associação Afro-brasileira para a Educação e a Preservação da Vida* (ABREVIDA), sob a coordenação de Mirian Caetano, promove festivais de música organizados em torno dos temas da Carta da Terra para crianças pobres da Cidade de **São Paulo**. A ONG “Pedra Grande de Preservação Ambiental” de Atibaia (SP) tem criado iniciativas adicionais para o uso da Carta Terra. O seu projeto “Frutos da Terra”, coordenado por Sheila Ceccon, teve muito êxito na região. Diga-se o mesmo de iniciativas como a do *Planeta Azul*, na zona oeste da cidade de São Paulo, dirigida por Luiz Carlos de Oliveira. O *Planeta Azul* trabalha com filmes, palestras, trilhas, passeios ciclísticos, etc. Nas escolas onde o projeto é assumido, a escola assume como um dos objetivos a construção de uma cultura ecopedagógica fundada na Carta da Terra.

A partir de trechos da Carta da Terra e de partes do livro *Pedagogia da Terra*, de Moacir Gadotti, o Colégio Notre Dame de Campinas desenvolveu, no Ensino Fundamental e no Ensino Médio, um aprofundamento ético e social da consciência e responsabilidade para com a natureza e os que nela habitam. O tema gerador é “Terra cidadã: o planeta que queremos”. A partir daí, cada professor, livremente, articulou algum tipo de trabalho na sala de aula.

Paulo Perissé fundou e dirige, em **Salvador** (Bahia), a “The Global School - Escola de Educação Internacional”. O projeto pedagógico dessa escola centra-se na noção da “Educação Planetária”. A Carta da Terra impregna todas as dependências dessa escola, influenciando e harmonizando métodos, enfoques, conteúdos de ensino e de aprendizagem. Segundo Perissé, a *Educação Planetária* enxerga a educação por meio de 5 janelas: Educação para a Paz, Educação para os Direitos Humanos, Educação para o Meio Ambiente, Educação para o Desenvolvimento Sustentável e Educação para o Humanismo Internacional, todos em sintonia com os princípios, valores e objetivos da Carta da Terra.

Valéria Viana, do Núcleo de Amigos da Infância e Adolescência (NAIA) de **Porto Alegre** (RS) é uma entusiasta da Carta da Terra. O NAIA é um grupo formado por oficineiros e educadores populares que atuam nos espaços educativos formais (escolas e instituições) e não formais (comunidades e espaços públicos), buscando propor e organizar um outro espaço educativo

possível onde as questões sócio-ambientais sejam também discutidas e problematizadas. Na busca por um espaço educativo para a libertação, a reflexão e a ação, a Carta da Terra é um documento referencial da formação de ecocidadãos que respeitam a si mesmos, aos outros e ao meio ambiente. Um dos seus projetos é o projeto “Vivemos Juntos: conhecer e viver a Carta da Terra”, que se propõe a contribuir para a formação e conscientização de crianças e jovens. Em 2003 Valéria Viana lançou, através do NAIA, o “ForumZINHOSocialMundial” e a “Carta da Terra para Crianças”.

Em **Florianópolis** (SC), a ONG Harmonia da Terra, coordenada por Guilherme Blatuh e Patrícia Abuhab, desenvolveu uma metodologia apropriada para trabalhar com os princípios da Carta da Terra e da ecopedagogia. A Carta da Terra é o documento síntese da sustentabilidade utilizado como ferramenta inspiradora para a formação de todos os educadores e cidadãos planetários. O desafio do grupo é traduzir, na prática, a Carta da Terra, dando-a a conhecer amplamente. A ONG Harmonia da Terra trabalha com atividades de criação de projetos e produções artísticas a partir da Carta da Terra com resultados animadores no trabalho com as crianças.

Com financiamento da empresa Philips do Brasil, um grupo de voluntários da empresa, em **Mauá** (SP) desenvolveu o projeto “Aprendendo com a Natureza” junto a 80 escolas públicas em todo o Brasil, com coordenação em Varginha (MG), Manaus (AM) e Recife (PE). Trata-se de um projeto que trabalha as questões da biodiversidade local com crianças dos 4 primeiros anos do Ensino Fundamental, utilizando a Carta da Terra como documento de base ética para o trabalho.

Dirceu Beninca, um padre católico de **Erexim** (RS), trabalha a Carta da Terra nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e nos movimentos sociais dessa cidade, particularmente com a Associação de Recicladores Cidadãos Amigos da Natureza (ARCAN) que reúne certa de 40 famílias de catadores. Ele procura utilizar os princípios da Carta da Terra ao lado do Evangelho, como base da construção dos valores morais e éticos e de trabalho em auto-gestão, buscando resgatar a cidadania desses sujeitos sociais.

Outro município que trabalha a Agenda 21 e a Carta da Terra é o Município de **Embu das Artes** localizado na Grande São Paulo. Destacamos nesse município o trabalho de Maria Isabel Franco, da ONG “Sociedade Ecológica Amigos de Embu”, associando a Carta da Terra à Agenda 21 Escolar e produzindo importante reflexão teórica dessa sua prática. No nordeste, a ONG “Terra Azul – Ecologia, Saúde e Cidadania”, localizada em **Fortaleza**, Ceará, também vem realizando formações de educadores com base nos princípios e valores da Carta da Terra.

Em São Paulo (SP), o **Grupo Amana-Key**, preocupado com o desenvolvimento humano sustentável, liderado pelo seu Diretor Executivo Oscar Motomura, adotou a Carta da Terra como uma referência global para os seus programas educacionais de formação de lideranças tanto no setor corporativo quanto no setor governamental.

O Instituto Paulo Freire vem atuando como um **centro de referência** da Carta da Terra, com ação local e global, desenvolvendo em sua sede central projetos que contribuem para manter vivo o *Movimento pela Carta da Terra*, dando suporte a todas as iniciativas para as quais é demandado e sugerindo outras. Seus projetos prevêem ações de intervenção em diferentes níveis:

1) Organizações Governamentais: Secretarias (Educação, Meio Ambiente) Municipais e Estaduais; Divisões diretivas de Ensino; Escolas Municipais e Estaduais;

2) Organizações não-governamentais; Movimentos sociais e populares; Igrejas; Organizações de Base Comunitária (OBC); Representações classistas: Sindicatos, Ordens e Conselhos Regionais; Rede do Ensino Privado (Fundamental, Médio e Superior); Comunidades Indígenas.

Entre os principais **objetivos** do *Movimento pela Carta da Terra* do Instituto Paulo Freire, estão os seguintes:

a) incorporar nos processos educacionais formais e não-formais valores e princípios da Carta da Terra para que ela seja vivenciada cotidianamente pelos/as cidadãos/ãs do planeta;

b) contribuir para a elaboração sistematizada da ecopedagogia em espaços educacionais formais e não-formais como pedagogia apropriada à iniciativa da Carta da Terra;

c) construir uma Rede pela Carta da Terra entre as instituições envolvidas visando à troca de experiências, ao intercâmbio permanente entre as pessoas que compartilham processos afins, mantendo vivo o Movimento pela Carta da Terra;

d) dar oportunidade às pessoas de comprometerem-se pessoal e coletivamente com a cultura da sustentabilidade e da paz oferecendo oportunidades de experienciar/vivenciar os princípios da Carta da Terra.

Para cumprir esses objetivos o IPF, em parceria com o ILPEC (Herédia, Costa Rica) engajou-se na elaboração de uma **metodologia** apropriada ao movimento mundial pela Carta da Terra que foi apresentada na Rio+5, em 1997. Em agosto de 1999 organizou, em São Paulo (Brasil), o primeiro encontro internacional sobre a “Carta da Terra na perspectiva da Educação”, onde lançou o movimento pela **ecopedagogia**. No ano seguinte, realizou em Porto (Portugal), um segundo encontro internacional, com a mesma finalidade.

Nesse percurso de engajamento pela Carta da Terra, o IPF organizou e participou de muitos encontros nacionais e internacionais, difundindo os valores da Carta da Terra, inclusive no **Fórum Social Mundial** (em Porto Alegre - 2001, 2002 e 2005 - e em Caracas, em 2006) realizou estudos e pesquisas, sobretudo em relação à pedagogia da Carta da Terra, tornando-se referência nesse campo, e criou uma rede mundial de educadores preocupados com a prática dos princípios e valores da Carta da Terra.

Em 2006 saudamos com alegria o aparecimento da Revista *Consciência Ambiental*, lançada pela Editora Casa Latina de São Paulo, que vem tratando do tema da Carta da Terra, da educação ambiental e da Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável.

Dentre os trabalhos desenvolvidos pelo IPF em relação à Carta da Terra, destacamos os seguintes:

1. **Jomtien** (Tailândia) 1995 - Participando da 7ª Conferência Mundial da ICEA (Associação Internacional de Educação Comunitária), em torno do tema "Desenvolvimento Sustentável através da Educação Comunitária", integrantes do Instituto Paulo Freire apresentaram os resultados dos trabalhos desenvolvidos a partir da Rio-92 e uma proposta de metodologia a ser utilizada na consulta mundial para a elaboração da Carta da Terra.

2. Rio+5 em 1997, no **Rio de Janeiro** - Apresentação e discussão dos resultados de uma metodologia de trabalho construída junto com grupos

sociais e populares de 7 países da América Latina. Aprovação, durante a Conferência, da minuta de referência da Carta da Terra.

3. Encontro de **Cuiabá** (Mato Grosso) Entre os dias 30 de novembro e 03 de dezembro de 1998, realizou-se na cidade de Cuiabá, a I Conferência Continental das Américas, envolvendo os países da América Latina, Caribe e América do Norte. A Conferência permitiu que as pessoas e as instituições que trabalhavam com a Carta da Terra até aquele momento, mantivessem contatos para reflexões e trocas de experiências, além de contribuir efetivamente para a inauguração dos processos das sistematizações continentais a partir dos trabalhos de cada um dos participantes.

4. Encontro Internacional da Carta da Terra na Perspectiva da Educação, em 1999, realizado em **São Paulo**. Durante quatro dias, em julho daquele ano mais de duzentos educadores, representando 28 países, debateram propostas e metodologias de trabalho para a Carta da Terra. Foram aprovados três documentos na plenária final do encontro: “Carta da Ecopedagogia”, “Agenda de Compromissos” e “Contribuições dos Educadores para a Carta da Terra”.

5. Conselho da Terra, **Costa Rica**, 1999 - Em novembro e dezembro de 1999, participação em conferência virtual, organizada pelo Conselho da Terra, com educadores e estudantes de todo o planeta, discutindo idéias e propostas para o processo da Carta da Terra. Os trabalhos da coordenadoria do Movimento pela Ecopedagogia são inaugurados nos EUA.

6. **Porto** (Portugal), realização do Encontro Internacional da Ecopedagogia. Em março de 2000, a Universidade do Porto e o IPF organizaram o I Seminário Internacional de Ecopedagogia. A Carta da Terra foi debatida, além de experiências desenvolvidas a partir do encontro de São Paulo terem sido apresentadas.

7. **Fórum Social Mundial** (Porto Alegre, 2001-2002). Realização pelo IPF de oficinas onde a Carta da Terra foi apresentada e discutida durante os trabalhos dos Círculos de Cultura Paulo Freire.

8. **Joinville** (Santa Catarina) 2002. Junto com o Instituto de Desenvolvimento Sustentável (IDS) e do Centro Internacional de Desenvolvimento Sustentável da Fundação Getúlio Vargas, foi promovido, em Joinville, um fórum preparatório à Rio+10, com o título: “A Carta da Terra para uma Cidade mais Segura”.

O IPF vem produzindo **material de apoio pedagógico** e assessorando escolas públicas e outros segmentos da sociedade civil, em diferentes projetos, na elaboração de seus programas com base nos princípios e valores da Carta da Terra. Como resultado desse envolvimento teórico prático vários trabalhos foram publicados: o livro *Pedagogia da Terra* (2001) de Moacir Gadotti, a tese de doutorado de Ângela Antunes sobre *Pedagogia da sustentabilidade* (2002), a tese de mestrado de Luiz Carlos de Oliveira sobre *Ecopedagogia no Fazer escolar*. Foram traduzidos os livros de Francisco Gutiérrez e Cruz Prado *Ecopedagogia e Cidadania Planetária* e de Elizabeth M. Ferrero e Joe Holland, *Carta da Terra: reflexão pela ação*, na coleção do IPF “Guia da Escola Cidadã”.

Em 2005, as Nações Unidas lançaram a **Década da Educação Para o Desenvolvimento Sustentável**. Ela se constitui numa grande oportunidade para a renovação dos currículos dos sistemas formais de educação e da educação popular. Em abril de 2006, o *V Congresso Ibero-Americano de Educação Ambiental* realizou em Joinville debates sobre a relação entre

educação ambiental e educação para o desenvolvimento sustentável. Vista com desconfiança no início, hoje a Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável é reconhecida hoje como uma nova oportunidade para promover a educação ambiental.

Nesse Congresso, pudemos notar que não tem sentido falar que a educação para o desenvolvimento sustentável esteja “substituindo” a noção de educação ambiental. São conceitos complementares e não antagônicos. Foi só a desinformação que causou alguma confusão, num primeiro momento. Por isso, parece-nos inadequado falar em “trânsito” da educação ambiental para a educação para o desenvolvimento sustentável.

Com essa agenda é que alguns de seus membros participam, em San José da Costa Rica da Reunião Latino-americana “construindo a Educação para o Desenvolvimento Sustentável na América Latina”, de 31 de outubro a 2 de novembro de 2006 com o objetivo de estabelecer metas, prioridades e estratégias comuns da região para alcançar os objetivos da Década. A Década tem o grande mérito de recolocar o tema do “desenvolvimento sustentável” na prática da educação ambiental. Não se pode separar a crise ambiental da crise civilizatória e da crise de um modelo econômico insustentável. O modelo civilizatório dominante degrada o meio ambiente, desvaloriza a diversidade cultural, privilegiando um “modo de vida”, um “estilo de vida” insustentáveis. A crise ambiental é também uma crise ética. A Carta da Terra poderá ser um documento essencial na crítica desse modelo econômico.